



Notícias da Câmara

www.camarasjn.mg.gov.br

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

1.000 EXEMPLARES

EDIÇÃO MENSAL

13^a
Edição

Impresso oficial de divulgação e publicação do Poder Legislativo de São João Nepomuceno / MG

Ano II - Nº 13

de 06 de setembro a 10 de outubro de 2014

Câmara aprova pagamento da 1ª parcela do 13º salário aos Servidores Municipais

A Câmara Municipal de São João Nepomuceno realizou na última terça-feira, 02 de setembro, às 19:00h, sua 25ª Reunião Ordinária da Sessão Legislativa 2014. Na oportunidade os Vereadores analisaram e aprovaram três projetos que estavam na pauta do dia.

O Projeto de Lei Nº 40/2014, de autoria do Executivo Municipal, foi aprovado em Plenário e autoriza o pagamento da 1ª (primeira) parcela do 13º (décimo terceiro) salário aos Servidores Municipais. O valor corresponde a 50% (cinquenta por cento) do pagamento e será pago ao funcionalismo ainda no mês de setembro.

Outro projeto aprovado é o de Nº 41/2014, de autoria do Vereador Sebastião Carlos Barbosa, que concede o Diploma de Honra ao Mérito a Unidade de Serviço de Recuperação Alcoólicas Anônimos de São João Nepomuceno.

O projeto justifica-se pelos extraordinários serviços prestados ao povo e a São João Nepomuceno, nos campos social e humanitário. Para o Vereador, Sebastião Barbosa, é oportuna a apresentação deste



projeto de Lei, que vem fazer justiça ao reconhecimento de uma entidade que, não só no Município de São João Nepomuceno, mas que no Brasil e no mundo assumiu a incumbência generosa de aliviar, pelo menos em parte, a dor que o alcoolismo causa a milhões de pessoas em todo mundo com seus efeitos nefastos à saúde e a própria sociedade.

O terceiro projeto aprovado

na Câmara é o de Nº 42/2014, que autoriza o pagamento da 1ª parcela do 13º salário aos Servidores e Vereadores do Legislativo Municipal, de autoria da Mesa Diretora.

Com essa aprovação, fica o Poder Legislativo autorizado a pagar aos Servidores e Vereadores Municipais a 1ª (primeira) parcela do 13º (décimo terceiro) salário, correspondente a 50% (cinquenta por cento), no mês de

setembro de 2014.

Conforme o teor do Projeto de Lei n.º40/2014, de autoria do Executivo, visando autorização para o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário dos servidores público municipais, a Mesa Diretora propôs a presente medida legislativa visando estabelecer a paridade destas condições aos Servidores e Vereadores membros do Poder Legislativo Municipal, nos

termos da Lei 2.926/2013.

Na reunião também houve a utilização da Tribuna Livre pelo Sr. Flávio Magalhães, que fez o uso da palavra para tratar sobre assuntos referentes às palestras de DST/AIDS no âmbito do trabalho, adolescência e sexualidade em tempos de AIDS.

As indicações realizadas pelos Vereadores e outras notícias que acontecem na instituição estão disponíveis nos canais de comunicação do nosso Portal Eletrônico: www.camarasjn.mg.gov.br.

Mensagem do Presidente

Câmara na História - Parte 8

08 de setembro

Dia Mundial da Alfabetização

Editorial Pág. 2

07 de Setembro

O Dia da Independência do Brasil

Pág. 3

Vereadores aprovam cinco projetos na 23ª

Reunião Ordinária do ano

Proposições do Legislativo

Pág. 4



Rádio web

Câmara Municipal de São João Nepomuceno

**MAIS INFORMAÇÕES.
ACESSE O NOSSO SITE:
www.camarasjn.mg.gov.br**

Editorial

A Concepção de Pátria

A demonstração do sentimento de pátria é uma constante na história dos povos. Referência permanente na Antiguidade, o sentimento de amor à pátria - então entendido como o lugar de origem, a província, a vila ou a aldeia natal, a terra dos pais, - perdeu força com a queda do Império Romano, mas ressurgiu nos últimos séculos da Idade Média e readquiriu importância no Mundo Moderno, quando foi retomada como valor fundamental no nível da teoria política, servindo então de suporte ao poder dos reis absolutistas - os representantes de Deus na terra e a encarnação do Estado - os quais passaram a exigir dos súditos, em iguais medidas, os deveres a Deus, ao rei e à pátria. Entre os iluministas o sentimento de pátria, frequentemente referenciado à Antiguidade greco-romana, passou a ser visto como uma "virtude política" própria das democracias.

Mas foi a partir da Revolução Francesa que a noção de pátria adquiriu valor absoluto no contexto da guerra iniciada em 1792, quando, sob o lema da "pátria em perigo", o cidadão francês foi chamado "às armas" para defender a dignidade nacional. O sentimento nacional - antes ligado apenas ao rei e à religião - adquiriu o sentido de um novo "corpo místico", que era a nacionalidade. O movimento reivindicador de um novo contrato social levava à ruptura revolucionária com o passado arcaico e os homens, libertos do poder opressor do Ancien Régime (Antigo Regime), foram chamados, como cidadãos, a se constituírem em nação.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-018199800200016&script=sci_arttext



Heraldo Gruppi

Mensagem do Presidente

— Vou, agora, levantar-me, volto à casa do meu pai. — Vou, agora, levantar-me, volto à casa do meu pai. completamente a minha culpa!

— Tende piedade, ó meu Deus, misericórdia! Na imensidão de vosso amor, purificai-me! Lavai-me todo inteiro do pecado, e apagai

— Criei em mim um coração que seja puro, dai-me de novo um espírito decidido. Ó Senhor, não me afasteis de vossa face, nem retireis de mim o vosso Santo Espírito!

— Abri meus lábios, ó Senhor, para cantar, e minha boca anunciará vosso louvor! Meu sacrifício é minha alma penitente, não desprezeis um coração arrependido!

(Salmo Responsorial 50)

Câmara na História - Parte 8

(por Alírio Medeiros)



Um fato extraordinariamente novo na política são-joanense das últimas décadas, e que, coincidentemente, ganhou corpo no período Jango Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros (1961), foi a presença de operários da Companhia Fiação e Tecidos Sarmento na composição de nossa Câmara Municipal. Assim, o que antes era privilégio apenas das classes mais favorecidas de nossa sociedade, ou de elementos a ela vinculados, passo então a ser desfrutado também por simples trabalhadores e humildes operários, como tantos

outros, cidadãos dignos, honestos e operosos de nossa comunidade como João Marchiori, Elpidio Luís de Souza, Gilson Francisco Alves, Dalva Filomena Vital, Joaquim Paulo de Oliveira, Gabriel Ribeiro Nascimento de Oliveira e José Rodrigues de Souza. A política estava, assim, deixando de ser majoritariamente elitista para transformar-se num meio de ascensão social do chamado povão, bom sinal dos tempos.

Ano de 1965. Mesa Diretora para esta Sessão Legislativa: presidente, Bráulio Braz de Freitas; vice-presidente, Hermano de Freitas Rezende e secretário, Juarez de Assis Pereira. Neste ano de 1965, atuaram também como Vereadores, em substituições eventuais, Ricardo Soares Pontes, Hélio de Souza Lima, Joaquim Monteiro Silva e Jacinto Medina de Mendonça. Em 8 de outubro de 1965, um fato importante aconteceu em nossa Câmara Municipal: a reintegração aos seus cargos de Vereador, por ordem do Tribunal de Justiça do Estado, de Gabriel Procópio Lou-

res e Hélio Nogueira da Silva, cassados por subversão a participação em um suposto movimento antidemocrático em nossa cidade. Uma vitória, sem dúvida, da justiça e dos ideais de liberdade. No dia 29 do mesmo mês de outubro, um grande desfalque para a nossa Edilidade, que foi a renúncia do Dr. Nagib Camilo Ayupe ao cargo de Vereador.

Ano de 1966. Praticamente a mesma Mesa Diretora, apenas com a ascensão de Gilson Francisco Alves como secretário. Além de Ricardo Soares Pontes, em Plenário a presença de vários Vereadores em substituição: Juarez de Assis Pereira, Devolde de Castro Medina, Dalva Filomena Vital e Dário de Oliveira. Em 1966, para o período de 31 de janeiro de 1967 a 31 de janeiro de 1971, eram eleitos Mauro Elpidio Nogueira e Nilo Rocha, respectivamente, prefeito e vice-prefeito. No mesmo ano, foram diretoras de escolas presentes. O ano de 1966 foi também o ano do falecimento de Venceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da

Ainda no ano de 1966, no

República de 1914 a 1918. aniversário do Município, 16 de maio, a Câmara Municipal promoveu uma reunião solene pela data e para homenagear o comerciante Jorge Faylum, como cidadão são-joanense, e Marcelino Barbosa, procedendo à colocação do retrato do ex-prefeito no antigo Salão de Reuniões da Edilidade. Na oportunidade, compôs a Mesa Diretora que presidiu a solenidade, além dos Vereadores efetivos, o Sr. Colombo Porto Maia, Juiz de Paz e substituindo o Juiz de Direito da Comarca; Dr. Hélio de Castro Cunha, Promotor de Justiça da Comarca; Padre Jaci Ribeiro Fonseca; Supervisor da ACAR, Dr. Ari Rezende; Diretor do Tiro de Guerra 151, Tenente Heleno de Gouvêa Medina; o Diretor do jornal Voz de São João, Carlos Rocha, além de diretoras de escolas presentes. O ano de 1966 foi também o ano do falecimento de Venceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da

08 de setembro - Dia Mundial da Alfabetização



O Dia Mundial da Alfabetização é celebrado no dia 8 de Setembro. Este dia foi instituído em 1967 pela ONU e UNESCO, com o propósito de fomentar a alfabetização nos vários países.

O processo de aprendizagem de ler e escrever (alfabetização) está diretamente relacionado com o desenvolvimento de um país. Quanto mais pessoas analfabetas, menor é o índice de desenvolvimento. Por esse motivo, nas últimas décadas vários países têm assumido o compromisso de combater o analfabetismo. Atualmente, a alfabetização atinge cerca de 84% da população mundial.



PORTAL ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL
www.camarasjn.mg.gov.br

EXPEDIENTE:

Impresso oficial de divulgação e publicação do Poder Legislativo de São João Nepomuceno / MG
Jornalista e Editor Responsável: Marco Almeida - Reg. Profissional MTB/MG n° 18.033
Colaborador: Alírio Medeiros - Fotos: Marco Almeida
Projeto Gráfico / Editoração Eletrônica: Gráfica MKS Telefone: 3261-2449 Tiragem: 1.000 Exemplares
Câmara Municipal de São João Nepomuceno - MG
Rua Rua Domingos Henriques de Gusmão, 104 - Centro - Cep 36.680-000
Tel: (32) 3261-1107 E-mail: contato@camarasjn.mg.gov.br

07 DE SETEMBRO – O DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

<http://www.brasilecola.com/historiab/independencia-brasil>



A independência do Brasil, enquanto processo histórico, desenhou-se muito tempo antes do príncipe regente Dom Pedro I proclamar o fim dos nossos laços coloniais às margens do rio Ipiranga. De fato, para entendermos como o Brasil se tornou uma nação independente, devemos perceber como as transformações políticas, econômicas e sociais inauguradas com a chegada da família da Corte Lusitana ao país abriram espaço para a possibilidade da independência.

A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil foi episódio de grande importância para que possamos iniciar as justificativas da nossa independência. Ao pisar em solo brasileiro, Dom João VI tratou de cumprir os acordos firmados com a Inglaterra, que se comprometera em defender Portugal das tropas de Napoleão e escoltar a Corte Portuguesa ao litoral brasileiro. Por isso, mesmo antes de chegar à capital da colônia, o rei português realizou a abertura dos portos brasileiros às demais nações do mundo.

Do ponto de vista econômico, essa medida pode ser vista como um

primeiro “grito de independência”, onde a colônia brasileira não mais estaria atrelada ao monopólio comercial imposto pelo antigo pacto colonial. Com tal medida, os grandes produtores agrícolas e comerciantes nacionais puderam avolumar os seus negócios e viver um tempo de prosperidade material nunca antes experimentado em toda história colonial. A liberdade já era sentida no bolso de nossas elites.

Para fora do campo da economia, podemos salientar como a reforma urbanística feita por Dom João VI promoveu um embelezamento do Rio de Janeiro até então nunca antes vivida na capital da colônia, que deixou de ser uma simples zona de exploração para ser elevada à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. Se a medida prestigiou os novos súditos tupiniquins, logo despertou a insatisfação dos portugueses que foram deixados à mercê da administração de Lorde Protetor do exército inglês.

Essas medidas, tomadas até o ano de 1815, alimentaram um movimento de mudanças por parte das elites lusitanas, que se viam abandonadas por sua antiga autoridade política. Foi nesse

contexto que uma revolução constitucionalista tomou conta dos quadros políticos portugueses em agosto de 1820. A Revolução Liberal do Porto tinha como objetivo reestruturar a soberania política portuguesa por meio de uma reforma liberal que limitaria os poderes do rei e reconduziria o Brasil à condição de colônia.

Os revolucionários lusitanos formaram uma espécie de Assembleia Nacional que ganhou o nome de “Cortes”. Nas Cortes, as principais figuras políticas lusitanas exigiam que o rei Dom João VI retornasse à terra natal para que legitimasse as transformações políticas em andamento. Temendo perder sua autoridade real, D. João saiu do Brasil em 1821 e nomeou seu filho, Dom Pedro I, como príncipe regente do Brasil.

A medida ainda foi acompanhada pelo rombo dos cofres brasileiros, o que deixou a nação em péssimas condições financeiras. Em meio às conturbações políticas que se viam contrárias às intenções políticas dos lusitanos, Dom Pedro I tratou de tomar medidas em favor da população tupiniquim. Entre suas primeiras medidas, o príncipe

regente baixou os impostos e equiparou as autoridades militares nacionais às lusitanas. Naturalmente, tais ações desagradaram bastante as Cortes de Portugal.

Mediante as claras intenções de Dom Pedro, as Cortes exigiram que o príncipe retornasse para Portugal e entregasse o Brasil ao controle de uma junta administrativa formada pelas Cortes. A ameaça vinda de Portugal despertou a elite econômica brasileira para o risco que as benesses econômicas conquistadas ao longo do período joanino corriam. Dessa maneira, grandes fazendeiros e comerciantes passaram a defender a ascensão política de Dom Pedro I à lider da independência brasileira.

No final de 1821, quando as pressões das Cortes atingiram sua força máxima, os defensores da independência organizaram um grande abaixo-assinado requerendo a permanência de Dom Pedro no Brasil. A demonstração de apoio dada foi retribuída quando, em 9 de janeiro de 1822, Dom Pedro I reafirmou sua permanência no conhecido Dia do Fico. A partir desse ato público, o príncipe

regente assinalou qual era seu posicionamento político.

Logo em seguida, Dom Pedro I incorporou figuras políticas pró-independência aos quadros administrativos de seu governo. Entre eles estavam José Bonifácio, grande conselheiro político de Dom Pedro e defensor de um processo de independência conservador guiado pelas mãos de um regime monárquico. Além disso, Dom Pedro I firmou uma resolução onde dizia que nenhuma ordem vinda de Portugal poderia ser adotada sem sua autorização prévia.

Essa última medida de Dom Pedro I tornou sua relação política com as Cortes praticamente insustentável. Em setembro de 1822, a assembleia lusitana enviou um novo documento para o Brasil exigindo o retorno do príncipe para Portugal sob a ameaça de invasão militar, caso a exigência não fosse imediatamente cumprida. Ao tomar conhecimento do documento, Dom Pedro I (que estava em viagem) declarou a independência do país no dia 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga.



Vereadores aprovam cinco projetos na 23ª Reunião Ordinária do ano



Os Vereadores da Câmara Municipal de São João Nepomuceno aprovaram cinco projetos de lei na 23ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de agosto de 2014, às 19:00h.

Iniciando os trabalhos legislativos, os Vereadores votaram e aprovaram o Projeto de Lei nº 36/2014, de 05 de agosto de 2014, que dá denominação a logradouro público de "Sérgio Furtado de Mendonça", de autoria do Vereador Sebastião Carlos Barbosa.

Portanto, fica o Chefe do Executivo, autorizado a dar o nome de "Sérgio Furtado de Mendonça" a um dos logradouros existentes em nossa comunidade.

Para o Vereador e autor do projeto, Sebastião Carlos Barbosa, essa homenagem é justificada por se tratar de um cidadão de bem e pai exemplar. Anos atrás liberou parte de sua propriedade no povoado de Araci para prática de esportes, contribuindo com

os jovens daquele local.

Sempre muito participativo nas festas realizadas no povoado, era querido e respeitado por todos, além de ser chamado carinhosamente de "Avô de Araci".

O Projeto de Lei nº 38/2014, de 05 de agosto de 2014, foi aprovado e concede o Diploma de Honra Mérito ao Projeto "Cantinho com Jesus", de autoria do Vereador Irio Henriques Furtado Filho.

Para o Vereador e autor da proposta, Irio Henriques, este projeto justifica-se porque está ligado às ações religiosas da Igreja Católica, existe há 16 anos, e visa evangelizar jovens e crianças, com encontros semanais, todas as sextas-feiras, na sede da Associação da Divina Misericórdia. Pessoas voluntárias de nosso Município se reúnem para ajudar estas crianças e adolescentes, que encontram apoio religioso e, assim, contribuem para sua

educação religiosa.

Também foi aprovado o Projeto de Lei nº 39/2014, de 05 de agosto de 2014, que dá denominação a logradouro público de "João Vaz Filho", de autoria do Vereador Antônio Braz Alves Coelho.

O Sr. João Vaz Filho, casado com Odete Maria Vaz, homem trabalhador, ministro da eucaristia, catequista e vicentino, é parte integrante do desenvolvimento e da prosperidade do nosso Município. Por essas e outras razões, o projeto de autoria do Vereador Antônio Braz Alves Coelho justifica-se.

Na Sessão Legislativa também foi votado e aprovado o Projeto de Lei nº 35A/2014, de autoria do Poder Executivo, que derroga a Lei nº 2.911, de 04 de novembro de 2013, em seu Art. 2º, para correção de erro material.

Outro projeto de lei que foi aprovado com a Emenda nº 10/2014, de autoria dos Vereadores, Irio Henriques Furtado Filho, Sebastião Carlos Barbosa e Ozair Costa Segundo e, que estava na pauta do dia, é o de nº 35/2014, de autoria do Poder Executivo, e que dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Município.

Portanto fica criada a Imprensa Oficial com a denominação de "Município de São João Nepomuceno" para publicação dos atos oficiais do Município.

Em seu artigo 1º, a Emenda nº 10/2014, altera o Art. 4º da lei que passa a conter a seguinte redação:

"Art. 4º - Além dos atos relacionados no art. 2º, o "Município de São João Nepomuceno" somente poderá conter em suas páginas informações de caráter essencial de utilidade pública."

A Sra. Éilda Maria Sporch utilizou a Tribuna Livre da Casa de Leis, na 23ª Reunião Ordinária, para solicitar ao Poder Público que reavalie as providências que foram solicitadas anteriormente à respeito dos transtornos recorrentes que estão afetando a vida dos moradores da Rua Elza Sporch de Freitas.

As Leis Municipais votadas e aprovadas pelo Poder Legislativo, e que são publicadas nas matérias jornalísticas da instituição, estão disponíveis para consulta em nosso site: www.camarasjn.mg.gov.br.

As reuniões da Câmara Municipal de São João Nepomuceno acontecem toda a primeira e penúltima terça-feira de cada mês, às 19:00h, na Sala de Sessões, e são exibidas ao vivo pela TV WEB.

Participe! Faça valer sua cidadania!



Proposições do Legislativo

CÂMARA APROVA

Rádio web
Câmara Municipal de São João Nepomuceno

ATAS DA VIGÉSIMA TERCEIRA E VIGÉSIMA QUARTA REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

SESSÃO LEGISLATIVA DE 2014

Local: Sede da Câmara Municipal

Data: 19 de agosto de 2014 - Início: 19h. - Término: 20h45min.

Proposições dos Vereadores:

Indicação nº 100/2014, Vereador Paulo César de Souza Barreiros, pedindo colocação de aparelhos de

alongamento na Avenida Celso Cosme de Castro.

Indicação nº 101/2014, também Paulo César de Souza Barreiros, pedindo instalação de placas sinalizadoras / indicativas de direção dos distritos e povoados vizinhos;

Indicação nº 102/2014, Vereador Irio Henriques Furtado Filho, solicitando a construção de calçamento da "Chácara do Avestruz";

Indicação nº 103/2014, também de Irio Henriques Furtado Filho, pedindo instalação de câmeras de segurança nas escolas e creches municipais;

Indicação nº 104/2014, Vereador Heraldo Barbosa Gruppi, pedindo providências ao Executivo no trabalho de escoamento das águas pluviais direto ao córrego da Avenida Zeca Henriques, isso devido às inundações constantes que ali ocorrem;

Indicação nº 105/2014, dos Vereadores Heraldo Barbosa Gruppi e Ruy Rodrigues Barbosa, pedindo ao Executivo a criação e execução de um projeto para revitalização da Praça Antônio Ciscoto, próxima a "Lucasas", cobrindo também com poda das árvores e nova iluminação.

Indicação nº 106/2014, também de Heraldo Barbosa Gruppi, pedindo a construção de um muro de arrimo na entrada do bairro Três Maria, na Rua Silvestre Detoni, entre os nºs 62 e 158, e a possibilidade de se fazer uma fossa séptica que atenda a todas as casas ali existentes;

Requerimento nº 18/2014, dos Vereadores Ruy Rodrigues Barbosa e Sebastião Carlos Barbosa, parabenizando os organizadores e participantes do "Nepopó Féstivo", Festival de Teatro de São João Nepomuceno;

Moção de Aplausos nº 12/2014, Vereadores Sebastião Carlos Barbosa, parabenizando a empresa que presta serviços de podologia,

"Pés e Etc", localizada na Rua Nazaré de nossa cidade.

Moção de Aplausos nº 13/2014, Vereador Paulo César de Souza Barreiros, parabenizando os fundadores, funcionários e colaboradores da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer - ASFCER, pelos 50 anos de sua fundação;

Representação nº 09/2014, Vereador Irio Henriques Furtado Filho, solicitando à Empresa VIVO que seja feito a melhoria e/ou revisão nos serviços de telefonia, prestados pela mesma, na cidade de São João Nepomuceno.